

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília pelo Decanato de Extensão da UnB para disponibilizar, no site repositorio.unb.br, o livro Universidade para o século XXI: educação e gestão ambiental na Universidade de Brasília.

REFERÊNCIA

BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro. Gestão institucional, Educação Ambiental e arquitetura do campus universitário: mudanças propelidas por avaliações de desempenhos, de satisfações e de espacialidades. In: CATALÃO, Vera Margarida Lessa; LAYRARGUES, Philippe Pomier; ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacelar (Org.). **Universidade para o século XXI: educação e gestão ambiental na Universidade de Brasília**. Brasília: Cidade Gráfica e Editora, 2011. p. 179-191.

Universidade para o século XXI:
educação e gestão ambiental na
Universidade de Brasília

Decanato de Extensão
Universidade de Brasília

2011

José Geraldo de Sousa Junior

Reitor

João Batista de Sousa

Vice-Reitor

Paulo César Marques da Silva

Prefeito

Oviomar Flores

Decano de Extensão

Clélia Maria de Sousa Ferreira e Fernando Ferreira Carneiro

Coordenação do Núcleo da Agenda Ambiental

**Vera Margarida Lessa Catalão, Philippe Pomier Layrargues,
Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti**

Organização

Renato Cabral Rezende

Revisão

Webson de Alencar Dias

Projeto gráfico e diagramação

Flora Egécia

capa

Comissão Editorial

Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira

Dione Oliveira Moura

Doris Sayago

Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Laís Mourão

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi

Maria Rita Avanzi

Paulo César Marques da Silva

Philippe Pomier Layrargues

Saulo Rodrigues

Sérgio Koide

Vera Margarida Lessa Catalão

U58

Universidade para o século XXI : educação e gestão ambiental na
Universidade de Brasília / Vera Margarida Lessa Catalão,
Philippe Pomier Layrargues e Izabel Cristina Bruno Bacelar
Zaneti (orgs.). _ Brasília : Cidade Gráfica e Editora, 2011.
340 p. ; 22 cm.

ISBN: 978-85-65088-00-8

1. Educação ambiental. 2. Gestão ambiental. 3. Universidade
de Brasília. I. Catalão, Vera Margarida Lessa. II. Layrargues, Philippe
Pomier. III. Zaneti, Izabel Cristina Bruno Bacelar.

CDU 37:502.31

Gestão institucional, Educação Ambiental e arquitetura do campus universitário: mudanças propelas por avaliações de desempenhos, de satisfações e de espacialidades

Frederico Flósculo Pinheiro Barreto⁴

Resumo: A gestão ambiental da universidade pode transformar a gestão acadêmica e administrativa num novo caldo de cultura institucional que supera o atual modelo, centralista e burocratizado, quantitativista e formalista, pouco flexível, pouco acessível, e avesso ao exame por instâncias independentes ou que estejam submetidas ao seu controle; nesse modelo, há pouca ou nenhuma partilha do poder de avaliação, fiscalização e tomada de decisão com estudantes, funcionários, e a massa dos próprios professores, como “corpo docente e consciente de seu papel transformador”. Uma abordagem da ecologia e do desenvolvimento humanos é associada a uma abordagem da ecologia natural. A comunidade universitária é vista como o sujeito da gestão ambiental, assim como seu mais importante objeto. Sua transformação exige a compreensão de sua diversidade como um projeto de desenvolvimento comunitário. O caminho da transformação é claramente apontado: ela se inicia pela implantação de procedimentos de avaliação dos espaços construídos, das atividades administrativas, dos padrões de experiência universitária e comunitária, em função dos vários grupos de interesses, de operação, de composição da universidade. As avaliações devem ser decisivas: devem empoderar os múltiplos avaliadores comunitários e institucionais, devem acarretar mudanças, devem ser consequentes – ou não haverá o menor progresso na direção de uma nova cultura de gestão ambiental e participativa na UnB. Qualidade ambiental e

⁴ Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

Qualidade da participação comunitária são indissociáveis na perspectiva de sustentabilidade que é defendida aqui.

Palavras-chave: gestão ambiental participativa; avaliação de pós-ocupação; projeto físico orientado por avaliação

1. Introdução

A oportunidade criada pela Comissão da Agenda Ambiental da UnB, de oferecermos nossas reflexões e contribuições para a “questão ambiental da UnB”, naturalmente se relaciona com a questão ambiental do Distrito Federal e de sua região de imediato impacto – político, econômico, social, cultural. O *campus* Darcy Ribeiro é um microcosmo com dimensões suficientemente grandes para que várias escalas de gerenciamento e educação ambiental sejam abordadas.

Em oposição diametral, a questão ambiental da UnB deve ser considerada na escala das pessoas, das experiências pessoais dos estudantes, professores e estudantes: os aspectos estruturais e dinâmicos de suas relações ecológicas (BARKER, 1968, WICKER, 1983, 1987, 2002). Essa é uma visão que tira proveito de um ponto de vista teórico da psicologia social, em especial, de modo a articular práticas de gestão inovadoras – e necessariamente multidisciplinares. Buscamos, além disso, nos encaixar no eixo *propositivo* do edital de convocação de textos de ambientalistas, com contribuição na área de *urbanismo / arquitetura / sustentabilidade*.

O ponto de vista expresso neste texto também tem o objetivo de expor – de forma disciplinarmente mais dirigida – aos estudantes e professores de arquitetura e urbanismo, assim como aos arquitetos que, profissionalmente, são responsáveis pelas decisões de gestão física do *campus* Darcy Ribeiro, dimensões de nossa conduta profissional que têm sido escamoteadas tanto do processo de formação quanto da prática profissional dos arquitetos e urbanistas. Essas dimensões dizem respeito às relações sociais, às representações sociais, às dinâmicas sociais. Os arquitetos têm se tornado, cada vez mais, *técnicos acrílicos*, com enormes dificuldades de empreender o que pode ser chamado de “advocacia social” pela promoção de aspectos vitais densamente associados ao ambiente de vida das comunidades (nas instituições, nas cidades, nos bairros, ou em situações socioespaciais que devem ser delimitadas a partir de nossas intenções políticas e públicas). Esse diagnóstico é intencionalmente polemizador, mas calcado no padrão de gestão centralista e autoritária do Plano Diretor Físico

do *campus* Darcy Ribeiro, assim como dos projetos de edificações dos últimos 25 anos (desde a redemocratização da universidade, em 1985).

2. Gestão e projetos ambientais orientados por avaliações do desempenho (de atividades), da satisfação (dos diferentes usuários), da ocupação (dos espaços)

A orientação de nossos arquitetos e planejadores físicos deve ser conduzida pelo que chamamos de Avaliação de Pós-Ocupação (A.P.O.), que é uma forma de estudo do que realmente acontece nas novas edificações, quando passam a ser utilizadas pelas pessoas, tal como previsto no projeto de arquitetura e segundo as intenções dos proprietários ou pessoas responsáveis pela definição dos padrões de desempenho esperado, ainda na fase de planejamento e projeto. Ainda hoje, nesse exato momento, esses procedimentos de A.P.O. não são utilizados por nossos projetistas, nem por nossos gestores: NADA aprendemos, de forma sistemática, sobre as próprias edificações de nossa universidade. Se nada aprendemos, repetiremos erros antigos e ainda introduziremos erros novos, devidos, sobretudo, à introdução precipitada, baseada em modismos ou em diagnósticos *enviesados*, acerca da adoção de inovações tecnológicas, de instalações e equipamentos que não sabemos como contextualizar em face das expectativas passadas, dos padrões de desempenho universitário outrora ou agora adotados (PREISER, 2001).

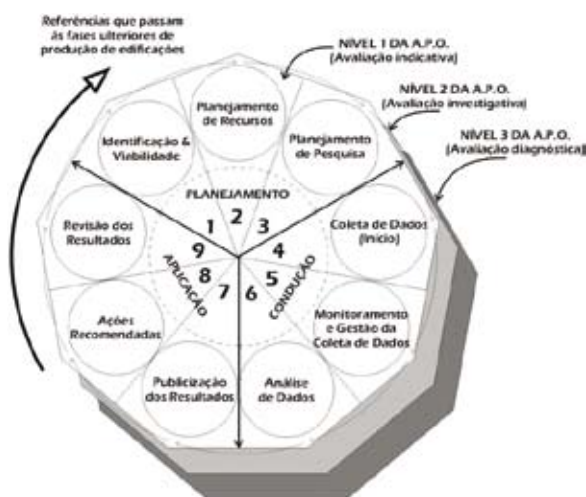


Figura 1 (Preiser, 2001, adaptado): Avaliação de Pós-Ocupação (A.P.O.): Ciclos de Critérios de Desempenho

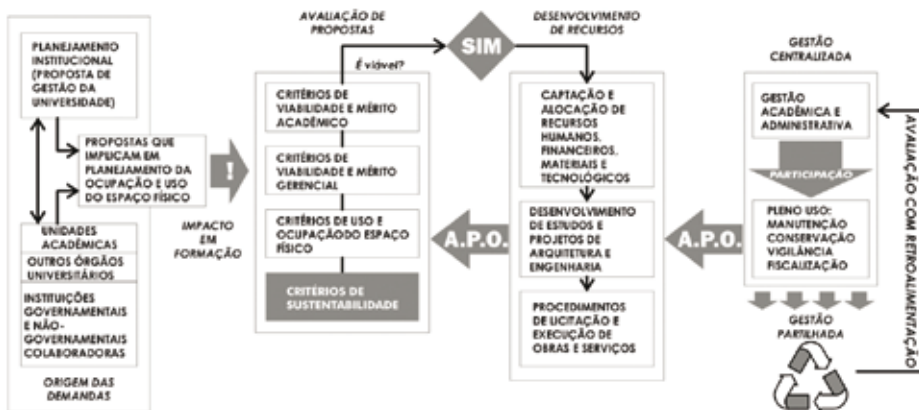
As Avaliações de Pós-Ocupação são especialmente fundamentadas em diagnósticos, em evidências empíricas de padrões de uso que podem ser incômodas para organizações que, como a nossa, reagem mal a críticas que colocam em cheque aquelas formas de uso não discutidas com os próprios usuários. Por outro lado, as Avaliações de Pós-Ocupação estabelecem canais formais, sistemáticos, cientificamente embasados, para apoiar as demandas dos usuários (estudantes, professores, funcionários, no nosso caso) por avanços na qualidade de suas vidas, de seus trabalhos, de seus ambientes.

Embora este seja um texto introdutório, que busca articular uma argumentação acerca de problemas metodológicos e conceituais da gestão ambiental da UnB, uma proposição relativamente inovadora deve ser colocada logo de saída: podemos realizar A.P.O.s em escalas que abrangem conjuntos edificadas ou mesmo setores urbanos inteiros, como os *campi* universitários. Mais: essas Avaliações de Pós-Ocupação devem ser realmente dirigidas aos interesses dos usuários.

Essa pode ser a mais significativa correção de rumos no modelo de gestão institucional (e ambiental, embora esse âmbito seja ainda embrionário): a gestão orientada por avaliações do desempenho de atividades, da satisfação dos usuários (que incluem todos os membros da comunidade universitária e alguns grupos que devem ser considerados, como mostramos na Figura 2 (*Exemplificação de Conjuntos de Membros da Comunidade Universitária*)).

Os procedimentos de avaliação tanto empregam quanto desenvolvem e aprimoram critérios relacionados às atividades definidoras da universidade (ensino, pesquisa e extensão). Nesse nível mais amplo, na maior escala de planejamento da gestão, compreendemos que uma enorme diversidade de *feedbacks* inexistem: não são consideradas ou demandadas – sequer conhecidas, como no caso da saúde física e mental dos membros da própria comunidade universitária, ou como no caso das situações de risco à vida e ao patrimônio da própria universidade –, e que a instituição se torna menos inteligente, mais frágil diante das intensas mudanças no “ambiente externo” (a cidade, o governo federal, as instituições de ensino de todo o mundo, etc.), menos consistente em seus próprios padrões de mudança (como ocorre no próprio planejamento de novas edificações). A Figura 3 (*Processos de Gestão dos Espaços Construídos do Campus*) vai além, e associa o grande fluxo de retroalimentação criado pelas avaliações de desempenhos, satisfações e espaços a um modelo de gestão partilhada ou participativa.

Há uma contradição essencial entre os pressupostos que vêm sendo assumidos quanto à “governabilidade” da universidade pública, com seus eleitores eleitos – seja de forma paritária ou não paritária – e seu papel de formadora de lideranças. Essa contradição consiste na forte resistência dos professores quanto a partilhar poder, efetivamente, com estudantes e funcionários. Os professores, no nosso caso, são atores que têm um papel especialmente problemático, pois devem ser responsáveis por (e capazes de) antever, organizar e projetar determinados delineamentos institucionais fundamentais (de forma que não é politicamente exclusiva ou excludente, mas que é intelectualmente autoritativa e autônoma), e podem criar dificuldades insuperáveis ou, por outra, permitir o desencadeamento de processos essenciais para a superação do atual modelo de gestão. A partir desse argumento, uma conclusão parcial pode ser derivada: os professores representam um grupo que deve ser intensamente informado por esse imenso trabalho de avaliações, que retroalimentam os tomadores de decisões e formadores de opiniões mais influentes de nossa comunidade. A desinformação é epidêmica em nossa comunidade universitária e a desigualdade de acesso a informações cruciais acerca do real funcionamento da universidade (assim como de compreensão do próprio projeto político-pedagógico da universidade) deve ser vista como o mais sério impedimento a uma gestão ambical acadêmica universitária séria, consistente.



3. A educação ambiental pode transformar toda a concepção de gestão da universidade – e da cidade

O que significamos aqui por *educação ambiental* não se confina à transmissão de conteúdos por professores a educandos, mas se amplia em uma forma de ação da própria universidade, com objetivos pragmáticos, que necessariamente levam a um modelo de gestão holístico, abrangente (MINTEER e MANNING, 2002).

Nessa perspectiva, consideramos objetivos educacionais realmente ambiciosos, como “(re)fazer universidades”, assim como de “especificar lugares sustentáveis” em nossa universidade e em nossa cidade, ou de “desenvolver comunidades humanas com alto nível de satisfação” acerca de seu estilo de vida e de suas relações com o ambiente de onde tiram matéria prima para seu sustento – e para onde retornam o que tomaram, para que ocorra a natural, impagável, depuração.

Os arquitetos e urbanistas preocupam-se com o problema da *produção* (a palavra é essa) de *lugares sustentáveis* em nossas modernas sociedades de *espaços construídos* (as palavras também são essas, e às vezes parecem bem estranhas, se considerarmos a produção especializada e não revisada feita em seu nome). Arquitetos e urbanistas, devemos ser competentes na tarefa de produzir (e manter, conservar, promover, aguerridamente) lugares que empoderem a comunidade, que instrumentalizem e sirvam de apoio para o desenvolvimento de comunidades: Comunidades Vibrantes, Autônomas, Auto-Confiantes – em contraste com Comunidades Deprimidas, Dependentes, Medrosas e Violentas.

O exemplo de construção de *Comunidades-Com-Elevado-Nível-De-Satisfação* acerca de si e de suas relações ambientais DEVE partir da universidade do século 21, da nova universidade – um microcosmo suficientemente representativo e rico o bastante para que experimentos fundamentais de desenvolvimento comunitário não tenham apenas “espaço”, mas sejam a própria finalidade universitária.

4. Discussão aberta, sem esqueletos no armário

Devemos discutir abertamente os aspectos destrutivos da gestão autoritária e tecnocratizada de nossos *campi* universitários – e de nossa cidade, na atualidade, no início da década de 2010. As A.P.O.s não são panaceia, e pode acontecer de serem desenvolvidas e apropriadas de forma tecnocratizada e *desempoderadora*, que não fortalecem as expectativas e reivindicações dos usuários (como os diversos sub-grupos de estudantes, de professores e de funcionários, além

de outros grupos que devemos considerar em nosso caso). O tecnocratismo de nossas gestões ambientais reforça a cultura centralista e autoritária, desempoderadora e irresponsabilizante, que reflete os valores e interesses de um perfil antiquado e aversivo de gestores universitários e de formuladores de políticas institucionais. O resultado dessas políticas NÃO É:

- a. O engajamento da comunidade na preservação dos espaços naturais, na manutenção e preservação da integridade física da universidade;
- b. O desenvolvimento de um senso de pertencimento, inclusão na comunidade universitária como um todo, e de interesse por suas atividades de cunho comunitário;
- c. O desenvolvimento de um senso de apego aos lugares e às pessoas, com a valorização da experiência do lugar, de estar aqui e se sentir responsável pela qualidade (limpeza, beleza, integridade) de seu mobiliário, espaços livres e edificados;
- d. O desprendimento voluntário e altruísta de dedicar parte de seu tempo, de sua atenção, ao debate dos temas de interesses comum (dos estudantes, dos professores, dos funcionários, das pessoas recebidas ou atendidas no *campus*), à orientação dos visitantes, ao contato com pessoas de outros grupos distintos do seu grupo habitual (por critério de atividade ou ocupação, etário, étnico, etc.);
- e. O esforço consciente dos dirigentes da universidade para a formação de uma geração de líderes comunitários e de dirigentes de negócios públicos e privados para a gestação de uma *democracia verde* – ou ainda, por outro viés, de uma *nova* geração de intelectuais que não é temida pela *velha* geração que a antecede e forma...

Uma súmula diagnóstica pode ser colocada nos seguintes termos: a nossa cultura institucional, na atualidade, cria permanente instabilidade política devido (a.1) ao autoritarismo *centralista* de gestores eleitos de forma democrática, (b.1) ao *formalismo* bacharelesco do poder acadêmico, autolimitado em seu ativismo crítico (nas arenas profissionais, nas arenas políticas, e mesmo na arena da multidisciplinaridade), (c.1) ao modelo universitário contraditoriamente *departamental* e de múltiplas estanqueidades – que de forma alguma representam (1.a) *inteligência sustentável*, (1.b) capacidade de *adaptação* e transformação, e (1.c) correção *planejada* de rumos. Ao contrário, a nossa cultura institucional adota

expedientes improvisados, de satisfação imediata ou de curto prazo, dentro do módulo dos mandatos dos gestores, e acumulamos compulsivamente erros que geram crescente e deterioradora tensão nas relações internas à comunidade universitária, e entre a universidade, a cidade e a sociedade. Os erros acumulados são “resolvidos” através de crises periódicas, com severos exílios, os ostracismos e bem-intencionados expurgos – que não resolvem *nada*, verdadeiramente, pois não implicam em reflexão e prestações de contas éticas sobre as causas dos erros e desequilíbrios, da corrupção e das quebras dos protocolos éticos. A crise é cíclica e eternizada pela recusa ao aprendizado dado pela avaliação da conduta dos dirigentes, de suas decisões, de seus padrões de gestão em todas as direções pertinentes – especialmente a gestão do ambiente e da paisagem.

5. A paisagem corrompida é reflexo da corrupção da cidade e suas instituições

O não aprendizado nessa ampla escala de gestão universitária se reflete na paisagem e no ambiente físico, ou seja: nos padrões de uso e na qualidade dos espaços físicos públicos e de uso restrito da própria universidade, no lixo e na limpeza, na qualidade da água, na predominância da escala *bucólica* (verde, vegetada, natural do Cerrado, ainda que assistida) preconizada por Lúcio Costa nessa ampla faixa entre o Plano Piloto de Brasília e o Lago Paranoá.

Contrasta-se, nesse sentido, a paisagem *afetiva e participativa* formada por lugares que têm valor e significado para a comunidade universitária e a paisagem *burocrática e autoritária*, esvaziada desses valores e significados. A *paisagem burocrática* é gerada na ausência do usuário e de consenso acerca de seu uso, manutenção, operação, mas também na ausência do usuário no próprio momento de sua concepção arquitetônica – como *sistema de lugares comunitários*, tão mais partilhados pelas pessoas quanto mais associados às atividades universitárias dirigidas ao aprendizado do convívio (sim, isso mesmo, como cabe a uma cidade de parlamentos e tribunais, de audiências públicas e advocacias de interesses da cidadania), ao estudo em grupo, às apresentações públicas, à vida pública.

Os conceitos da Educação Ambiental devem ser, necessariamente, politizados. Neste ponto não devemos nos poupar quanto a incluir objetivos mais substantivos relacionados às advocacias dirigidas às questões ambientais nos âmbitos local (o *campus*) e mais abrangentes (a Cidade, a Região). E mais: a substantividade de nossos objetivos deve mergulhar na própria ciência ambiental em seus aspectos de ecologia profunda e da relação indivíduo-ambiente.

6. Propostas geradas por avaliações de pós-ocupação (A.P.O.) da UnB

Ao longo dos últimos semestres venho desenvolvendo estudos de A.P.O. dos espaços e das atividades desenvolvidas no *campus* Darcy Ribeiro, com a ajuda de estudantes de uma grande variedade de cursos (Educação, Serviço Social, Engenharia Civil e Ambiental, Administração, Ciência Política, entre outros), através da disciplina Avaliação de Pós-Ocupação de Instituições de Ensino Superior (A.P.O.I.E.S.). Esses estudos consumaram uma ampla variedade de abordagens, todas de interesse (e escolha) dos estudantes, como projetos de pesquisa individuais.

Essa reflexão recoloca a necessidade de *feedback* dirigido especialmente aos professores – quanto ao seus desempenhos, quanto à sua satisfação (e à satisfação dos estudantes com seu trabalho), e quanto aos ambientes que a universidade proporciona para seu trabalho. Os dez pontos que são colocados a seguir, produto parcial do trabalho na disciplina A.P.O.I.E.S., são colocados para a discussão como uma espécie de conclusão deste trabalho. Trata-se de uma seleção de propostas situadas no âmbito dos espaços públicos do *campus*, envolvendo aspectos que privilegiam a segurança das pessoas, a acessibilidade física aos espaços públicos e às edificações. São aspectos que denominamos Terra-De-Ninguém, uma dramática mas cabível denominação para os aspectos ambientais que *ninguém*, na atual estrutura de responsabilidades formais da instituição universitária, parece ter interesse, parece conferir prioridade e valor, efetivamente.

Ressalte-se: a Comissão da Agenda Ambiental tem trabalhado uma pauta muito mais abrangente, e que inclui pontos como os que são assinalados a seguir. Certamente, essa renovação na apresentação dos aspectos tem o objetivo da ênfase, da urgência, da expediência dos *formalmente responsáveis*. Exemplificam de forma tão concreta quanto compreensível, alguns dos aspectos físicos que se ligam aos desempenhos, satisfações e espacialidades desejadas. São pontos, que, entre outros, devem ser pautados com a energia dos que querem uma universidade mais humana e mais harmônica, amável e ambientalmente sustentável – pois estão ainda *em suspenso*.

PONTO 1: ACESSIBILIDADE. Todos os caminhos de acesso ao *campus* Darcy Ribeiro desde a via L2 não possuem iluminação pública e, na maioria, sequer possuem calçadas. A universidade não tem se empenhado junto ao governo local pela segurança dos pedestres – muitos estudantes e visitantes, alguns professores e funcionários.

PONTO 2: CAMINHOS ARBORIZADOS E ILUMINADOS. Arborização e iluminação pública não são excludentes ou antitéticos. Os caminhos de pedestres, arborizados, são mais confortáveis e amáveis que os caminhos desprotegidos, durante o dia. Os caminhos de pedestres, iluminados, são mais seguros à noite. A palavra *óbvio* significa *o que está no caminho, diante de todos*. Caminhos mal cuidados, para os pedestres, mostram a arcaica prioridade que damos aos automóveis.

PONTO 3: PÁTIOS ARBORIZADOS. Os novos edifícios parecem corredores sem fim, pois não têm pátios. E, se pátios houver, devem ser arborizados, úmidos⁵. Nas edificações de ensino, os pátios são locais de agregação, de encontro e convívio. Bons projetos, de edificações complexas, possuem dezenas de pátios, de diversos tamanhos (alguns pequenos como varandas, outros amplos como quadras esportivas), com vegetação e comércio permanente, com serviços de informação e banheiros – e, claro, árvores, frondosas, generosas (deixemos as palmeirinhas para as matas-galerias).

PONTO 4: FACHADAS ARBORIZADAS. Os novos edifícios parecem mostruários de monstruosas construções civis, sem defesa, sem sombreamento, sem cores e brilhos naturais. Devemos arborizar suas faces, para protegê-las e facultar as transições entre espaços públicos de lográ-las (logradouros) e os espaços semipúblicos.

PONTO 5: EDIFÍCIOS INTERLIGADOS. Os novos edifícios são separados entre si, como objetos feitos não para serem usados, mas para serem vistos. Devem ser interligados, para facilitar seu uso, seu acesso, e proteger as pessoas. As interligações podem envolver serviços (pontos de telefonia, acesso à Internet, banheiros).

PONTO 6: CICLISMO E ATIVIDADES FÍSICAS. O *campus* Darcy Ribeiro inteiro não tem uma só ciclovía, nem ciclovias são exigidas, com sucesso, do governo local. Ciclismo e atividades físicas, saúde e mobilidade, estão obviamente interligado(a)s. Como os *campi* refletem a presença da juventude, inquieta, cheia dessa abundante energia que pode iluminar nossas instituições, nossos espaços?

⁵ Gouvea (1995) estudou o significativo impacto da arborização na região onde o Distrito Federal se encontra, encontrando, experimentalmente, diferenças de até 8° C (oito graus centígrados) na temperatura do ar, entre áreas sombreadas / ensolaradas nas Superquadras de Brasília. Em pátios internos de edificações, essas diferenças podem ser ainda maiores, em média, propõe-se, em nosso clima tropical de planalto, pois há condições favoráveis à manutenção de índice de umidade superior às áreas circunjacentes, podendo ainda ocorrer o sombreamento de todo o seu perímetro, em determinados casos.

PONTO 7: ACESSO AO LAGO. O Lago Paranoá é inacessível ao público, e essa estranha desconexão tem consequências evidentes sobre os lapsos de nossa consciência ambiental. O nexos da comunidade de jovens com o Lago está por ser feito, e é negado: lazer, ciência, esporte, contemplação; temos uma situação urbana preciosa e desperdiçada, como ambiente, como ambiência.

PONTO 8: LAZER CONTEMPLATIVO. O consumo de álcool, de drogas e o sexo casual são componentes do lazer dos estudantes. Vamos de *zero a cem* em segundos. Entre essas duas velocidades, precisamos de lugares apropriados para estar em paz no *campus*, para a oração, para a meditação. A escassez de espaços apropriados para estar, descansar, socializar, namorar, nos *campi*, demonstra que não compreendemos a juventude de nossos alunos, suas necessidades. Vamos lembrar de Darcy: a idéia de um *Beijódromo* não tem outro fundamento, apesar de se transformar em um lugar cerimonial, controlado, formal. Precisamos evoluir muito para aprendermos a perder o controle de um lugar assim, com gentileza e civilidade.

PONTO 9: LAZER ATIVO. Os Centros Acadêmicos são anátema entre parte dos professores e dos próprios estudantes, embora constituam uma instância de socialização e de gestão experimental “imperdível” para a universidade. Os CAs devem ser objeto de editais específicos que coloquem os estudantes com o controle de iniciativas ambientais, profissionais, políticas – até nas melhores festas de Brasília;

PONTO 10: ESTAR NO CAMPUS. Precisamos habilitar a Praça Maior, mas também na criação de um grande número de Praças Menores. As Praças das Comunidades Universitárias vêm se formando como uma espécie de *contrariedade* à vontade controladora de gestores das unidades acadêmicas, quando deveriam ser objeto de investimento na qualidade de vida comunitária, um traço comum ao conjunto dos *campi* da UnB. Estar no *campus* é estar em *praças de aprendizado*, de convívio, de experimento ambiental.

Referências Bibliográficas

BARKER, R.G. 1968. *Ecological psychology. Concepts and methods for studying the environment of human behavior*. Stanford, California: Stanford University Press, 1968.

BARRETO, F.F.P. *Teorias vicárias e inversões na prática profissional da arquitetura e urbanismo: De Teorias Sem Prática A...* In: IV PROJETAR 2009, São Paulo. *Anais...* Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

BARRETO, F.F.P. Brasília aos 50 Anos: A cidade-sem-história, por pura conveniência. [online]. *Minha Cidade*, ano 10, abril 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.117/3407>. Acesso em: 15 de dezembro de 2010.

BARRETO, F.F.P. Brasília aos 50 anos: A cidade-sem-história e seus novos guias. [online]. *Minha Cidade*, ano 11, nov. 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.124/3645>. Acesso em: 15 de dezembro de 2010.

CATALÃO, V.M.L. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental no Brasil. Em: PÁDUA, J.A. (Org.). *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, pp.242-270.

GOUVEA, L.A.C. *Desenhando a cidade com a natureza: uma avaliação da relação dos fatores naturais nas decisões de projeto em regiões de clima tropical e planalto*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1995.

GRIMBERG, E. Coleta seletiva com inclusão dos catadores. In: Fórum lixo e cidadania da cidade de São Paulo: experiências e desafios. *Pólis*, 49, pp 1-149, 2007.

GRIMBERG, E. (Org.). Ambiente urbano e qualidade de vida. *Pólis*, 3, pp. 1-114, 1991.

MINTEER, B.A., MANNING, R.E. Pragmatism in environmental ethics: Democracy, pluralism and the management of nature. Em: Andrew Light & Holmes Rolston III (orgs.), *Environmental Ethics. An Anthology*, pp. 319-330. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishing Ltd, 2002.

MORHY, L. Brasil: Universidade e educação superior. In: MORHY, L. (editor). *Universidade no mundo. Universidade em Questão*. Volume 2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004, pp. 25-60.

NORTON, B.G., HANNON, B. Democracy and sense of place values in environmental policy. In: Andrew Light & Holmes Rolston III (orgs.), *Environmental Ethics. An Anthology*, pp. 500-515. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishing Ltd, 2002.

PREISER, W. Learning from our buildings – a state-of-the-practice summary of post-occupancy evaluation. In: *Federal Facilities Council Technical Report* no.

145. Washington, D.C.: National Academy Press / Federal Facilities Council. Pp. 9-22, 2001.

RAMOS, E.C. Os desafios da dimensão educativa da crise ambiental. In: NASCIMENTO, C. G. (Org.), *Versos e reversos da educação: das políticas às pedagogias alternativas*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010, PP. 45-66.

SOUCHON, C., ROBICHON, P., ZIACA, Y. Educação ambiental: Seis proposições para agir como cidadãos. *Pólis*, 3, pp. 1- 216, 2003.

VASCONCELOS, C.R., TAMAIO, I. O papel da educação ambiental na formulação de políticas públicas transformadoras para o enfrentamento das mudanças climáticas. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. especi. pp.81-87, 2010.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Plano diretor do Campus Universitário Darcy Ribeiro*. Brasília: Gabinete do Reitor da Universidade de Brasília / Prefeitura do Campus Universitário Darcy Ribeiro, 1998.

VOGT, C. O conhecimento, as universidades e seus desafios. Em: MORHY, L. (editor). *Universidade no mundo. Universidade em Questão*. Volume 1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004, pp. 83-98.

WICKER, A.W. *An Introduction to Ecological Psychology*. Nova York: Cambridge University Press. 1983.

WICKER, A.W. Behavior settings reconsidered: Temporal stages, internal dynamics, context. Em: D. Stokols & I. Altman (Orgs.), *Handbook of environmental psychology* [pp. 613-653]. Nova York: Wiley. 1987.

WICKER, A.W. Ecological psychology: Historical contexts, current conception, prospective directions. In: R.B. Bechtel & A. Churchman (Orgs.). *Handbook of Environmental Psychology* [pp. 114-126]. Nova York: John Wiley & Sons. 2002.